

11: 0773218

CORREIO BRAZILIENSE

BRASIL

Brasília, domingo, 28 de abril de 1996

21

Dezenas de atos terroristas contra a oposição ao regime militar tentaram sabotar a abertura política de Figueiredo

Em nome da honra

Maria Celina D'Araujo e Celso Castro

Há 15 anos ocorreu o atentado do Riocentro. Esse é um aniversário que os democratas estimariam dispensar e que os responsáveis pelo ato terrorista gostariam de ver esquecido, para que a impunidade não fosse lembrada. No entanto, ele ocorre no momento em que as confissões militares começam a ganhar fôlego. Vários militares vêm quebrando o "pacto de silêncio" a respeito da atuação dos órgãos de repressão e informação durante o regime militar. Seus depoimentos revelam fatos impressionantes, como a liberdade de ação que oficiais dedicados a combater a "subversão" tiveram para atuar fora da tradicional cadeia hierárquica de comando, espinhal dorsal das Forças Armadas.

Outro aspecto que se destaca nesses testemunhos é a coexistência de órgãos formais de repressão e informação com "grupos secretos", pretensamente clandestinos. É difícil apurar a veracidade de todas essas declarações. Vaidades perversas podem levar pessoas a reivindicarem malefícios que não provocaram e virtudes que não possuem. De toda forma, louve-se a iniciativa de falar sobre um tema que até bem pouco tempo era tabu.

Várias conclusões podem ser tiradas desses depoimentos. Uma delas, e mais importante do que se supõe, é o reconhecimento de que atividades militares clandestinas não são um produto de "desvios" da fase mais dura da repressão. Desde a frustrada quartelada de Aragarças, em 1955, "grupos secretos" — que não eram conhecidos por esses nomes nem eram secretos — desviavam armamentos e formavam arsenais paralelos, amparados pela cumplicidade ou silêncio de companheiros de farda e pela ajuda e incentivo de empresários temerosos do "avanço comunista". Os militares que participaram de atos dessa natureza deram uma clara demonstração de que não confiavam em sua própria corporação para defender a pátria. Quando se viram perto do poder, como ocorreu depois de 1964, ficou ainda mais difícil enquadrá-la na cadeia de comando. O resultado, todos conhecemos.

O regime militar teve, entretanto, momentos muito diferenciados em termos do grau de "fechamento" político e intensidade repressiva. Imediatamente após o golpe, uma onda de prisões, torturas, cassações e criação de CPIs pretendeu fazer uma "limpeza" nas instituições. No início do governo Castelo Branco, oficiais politicamente mais moderados conseguiram conter por algum tempo o ímpeto "revolucionário" no interior das Forças Armadas. Logo, no entanto, setores militares mais radicais — a chamada "linha-dura", que se confundia em parte com os "grupos secretos" — recuperaram espaço e poder e impuseram a candidatura do ministro da Guerra Costa e Silva.

Durante os governos de Costa e Silva e Médici, militares radicais de longa data ocuparam as posições mais importantes nos órgãos repressivos, contando também com a colaboração de forças policiais e de elementos civis. Com carta branca para agir no combate aos grupos de esquerda, esses chefes deram larga margem, quando não orientação explícita, para que a

"guerra subversiva" fosse combatida com todas as armas disponíveis. E de fato ela o foi. O general Fiúza de Castro, por exemplo, que criou o Centro de Informações do Exército e chefiou o DOI-CODI do I Exército, utilizou a imagem de um martelo-pilão para matar uma mosca. Esqueceu-se de mencionar que essa arma foi usada, na maioria das vezes, contra presos desarmados e imobilizados. A tortura tornou-se, durante o governo Médici, procedimento normal, cotidiano e institucionalizado nos porões e prisões do regime militar, respaldada pela aprovação de uns e pela omissão de outros. Nunca, em tempos recente, a honra e a dignidade das Forças Armadas foram tão atingidas, e por seus próprios membros.

A situação começou a ser revertida no início do governo Geisel, que usou os instrumentos mais convencionais da instituição militar — a autoridade e a hierarquia — para enquadrar os órgãos de repressão e informação. Os militares insatisfeitos com a abertura rapidamente migraram desses órgãos para seus irmãos siameses, os "grupos secretos", ou usaram de forma clandestina os recursos de fogo e poder que

seus cargos lhes propiciavam. Na área militar, os embates de Geisel com a "linha dura" ficaram claramente visíveis em episódios como a demissão do comandante do II Exército em 1976, após a tortura e morte, em dependências militares, do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho e a demissão, no ano seguinte, do ministro da Guerra Sílvio Frota, que passara a representar os setores militares insatisfeitos com a abertura.

O governo Figueiredo continuou a abertura política — anistia, eleições diretas para governador — mas, ao contrário do anterior, mostrou-se pouco interessado em enquadrar o aparato repressivo e em impor sua autoridade. Afinal, além de general, era presidente da República, a quem os militares, constitucionalmente, devem obediência. O resultado foi a série de atentados terro-

ristas a alvos civis que culminou no episódio do Riocentro, que encerrou nossa abertura explosiva. Não é preciso muita inteligência para saber de onde vinham os principais autores, mandantes e acobertadores desses atos.

O repúdio nacional à farsa montada pelo inquérito militar inviabilizou outros atos dessa natureza, levando as Forças Armadas a uma situação-limite: embora não admitissem sua responsabilidade no episódio, não havia como negá-la. Evocando um falso espírito-de-corpo militar, os responsáveis conseguiram escapar de uma investigação honesta e estenderam a toda a instituição militar o estigma da mentira e da covardia.

O tempo passou, mas a lembrança desse episódio felizmente perdurou na memória nacional. Os atuais chefes militares ainda têm tempo para reparar, em nome da honra da própria instituição, o erro há quinze anos cometido. Naquela época, como ainda hoje, a primeira e mais grave transgressão prevista nos regulamentos militares era "faltar à verdade".



Fred Lobo



A bomba que explodiu na sede da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no Rio, matou Lyda Monteiro da Silva

Terror de direita: 13 anos de bombas e seqüestros

O relógio do terrorismo de direita no Brasil marcou 13 anos — de 1968 a 1981 — de violência.

Uma história iniciada em 1968 com nove atentados a seis teatros, duas escolas e a Editora Civilização Brasileira e terminada.

A revista *O Cruzeiro*, à época, acusou nominalmente 26 integrantes do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) de participar do ataque ao teatro Ruth Escobar. Nenhum deles, porém, foi preso.

O tempo esquentou em 1976. Neste ano a Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) assumiu quase dez atentados. Em vários havia indícios de conexões com os órgãos de segurança do governo. A face da direita manifestou-se no sequestro do bispo de Nova Iguaçu, D. Adriano Hypólito, em agosto.

Durante mais de duas horas, o bispo esteve longe do mundo. Sequestrado dentro do carro no qual saíra da sede de sua diocese, ele foi espancado, humilhado e abandonado nu e com o corpo borrado de tinta vermelha.

Não satisfeitos, os sequestradores explodiram o carro de D. Adriano em frente a sede da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no Rio.

No ano seguinte, em 77, a ação terrorista mais importante foi o sequestro da mãe Maria Conceição, também no Rio.

A mãe havia sido acusada por pais de aluno do colégio Sacre-Coeur de adotar um livro comunista. Chegou a ser sequestrada por seus sequestradores.

O terror mudou-se para Minas Gerais em 78. Dos 15 atentados do ano, 13 ocorreram em Belo Horizonte. Duas bombas foram lançadas contra uma igreja na capital mineira e a sucursal do semanário *Em Tempo* foi invadida depois de ter divulgado uma lista com o nome de 233 torturadores.

Propagam-se pelo país as ações da ultra-direita. Em São Paulo o dirigente sindical João Paulo Pires teve seu carro destruído por uma bomba.

A impunidade alimenta o terror. Em 80 ocorrem 46 atentados em oito meses e um novo alvo: bancas de jornal. Em agosto, surge a primeira vítima fatal da onda de atentados da direita.

Lyda Monteiro da Silva, 59 anos, funcionária da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) desde 1934 abriu um pequeno embrulho e morreu numa explosão que estilha-

çou janelas, derrubou paredes e destruiu mesas e cadeiras.

No mesmo dia — 27 de agosto — do atentado que matou a funcionária da OAB explode outra bomba. O artefato sacode o gabinete do vereador Antônio Carlos de Carvalho, do PDB fluminense, na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro.

Um funcionário do gabinete, José Ribamar Sampaio de Freitas, 63 anos, tio e assessor do vereador, teve seu braço esquerdo amputado. Nessa mesma semana de agosto, sabotadores explodem a sede do jornal *Tribuna Operária*.

Esse conjunto de atentados estilhaçaram contra a abertura política conduzida pelo general João Figueiredo.

O governo reagiu — embora timidamente. Criador do SNI, o general Golbery do Couto e Silva foi o porta-voz: "Os atentados querem sabotar a abertura", disse à época.

O ciclo histórico do terror chega ao fim no dia 30 de abril de 81 com a bomba no Riocentro. Na explosão morreu o sargento Guilherme Rosário e se feriu o então capitão Wilson Machado, que portavam o artefato. O Riocentro marcou o fim de uma história de terror — e o início de outra: a impunidade.